

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.500 - MG (2019/0262935-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **CARLOS EDUARDO DA CUNHA PEREIRA**
ADVOGADOS : **GUILHERME AUGUSTO DE FARIA SOARES - MG100286N**
 : **NAYARA ELIAS DE SOUZA - MG173616**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CARLOS EDUARDO DA CUNHA PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.038577-3/000).

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no art. 155, § 4º, II, do Código Penal e, durante a persecução criminal, teve indeferido pedido de produção de prova pericial.

Contra essa decisão impetrou-se *habeas corpus* na origem, mas a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 681):

HABEAS CORPUS – SUBSTITUTIVO DE RECURSO – PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO – UTILIZAÇÃO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL – IMPOSSIBILIDADE – INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Tratando-se de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, inviável o seu conhecimento.

O âmbito restrito do Habeas Corpus não se presta para atender pedido de provas periciais como a quebra de sigilo bancário e fiscal, posto depender de prova a ser apreciada em recurso próprio. Inexistindo flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, não há que se falar em concessão da ordem. V.v. Afrenta aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório geram nulidades absoluta, independente da fase processual da percução penal. Não se pode negar ao acusado o direito a produzir as provas solicitadas ao d. juiz a quo, sob pena de nulidade absoluta da instrução.

Alega a defesa que o "Estado, quando exerce sua função de 'jus puniendi', deve respeitar não somente as regras procedimentais estabelecidas para a prática processual, mas deixar-se alimentar o processo com o máximo de informações (provas), sendo um facilitador para a reconstrução dos fatos – VERDADE

PROCESSUAL – direcionando à decisões mais acertadas, condizentes com a verdadeira realidade dos fatos ocorridos" (e-STJ fl. 739).

Aduz que "as decisões que indeferiram os pedidos de produção de provas pelo paciente não merecem prosperar, sendo o presente Recurso Ordinário Constitucional em Habeas Corpus, data vênua, o único meio processual de reformar as decisões, garantindo ao réu ora paciente seu direito à ampla defesa, diante da negativa das instâncias inferiores e principalmente pela fundamentação da Insigne 4ª Câmara Criminal do TJMG que denegou sob o entendimento de não ser o Remédio Constitucional instrumento apto a reconhecer e julgar a matéria suscitada" (e-STJ fl. 740).

Argumenta que "os pedidos para produção de provas não são procrastinatórios, mas específicos a esclarecer de forma inequívoca como ocorreram os fatos e conseqüentemente demonstrar a inocência do paciente, informado de forma clara no processo a imprescindibilidade das provas aptas a instruir o Douto Magistrado na decisão meritória" (e-STJ fl. 743).

Requer seja concedida a "ordem LIMINARMENTE, a fim de obstar a ilegalidade da decisão emanada pelo MM Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, que impediu o paciente em produzir provas aptas a demonstrar sua inocência" (e-STJ fl. 745).

No mérito, pede "o PROVIMENTO em definitivo a fim de que seja obstaculizada a decisão ilegal emanada no dispositivo do r. despacho e, conseqüentemente, o v. acórdão, determinando a produção de provas arguidas na instância ordinária, a fim de instruir o Douto Magistrado, DETERMINANDO a produção de provas requeridas, sendo: (i) prova pericial dos livros caixas, bem como (ii) a expedição de ofício ao Banco do Brasil, para que a instituição financeira informe as contas de titularidade da empresa TECSA Laboratórios LTDA no período compreendido entre novembro de 2009 a setembro de 2013, por ser o período no qual o paciente prestou seus serviços junto à empresa objeto da Ação Penal, imprescindível à elucidação dos fatos concernentes a produção da defesa" (e-STJ fl. 746).

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fls. 753/755).

Superior Tribunal de Justiça

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 827/828).

É, em síntese, o relatório.

Depreende-se dos autos que o presente recurso impugna decisão proferida pelo Tribunal de origem no HC n. 1.0000.19.038577-3/000 (e-STJ fls. 681/688).

Ocorre que a causa de pedir e o pedido deste recurso ordinário em *habeas corpus* são idênticos aos do HC n. 523.988/MG, impetrado nesta Corte e também atribuído a esta relatoria, que igualmente impugna a mesma decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Ante o exposto, diante da constatação de que o presente recurso constitucional é mera reiteração do HC n. 523.988/MG, **dele não conheço**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator